ENTREVISTA COM A PROFESSORA ANGELA FIGUEIREDO

Jorge Luiz Zaluski[1]

Angela Figueiredo possui graduação em antropologia pela Universidade Federal da Bahia (1994), Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1998) e Doutorado em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (2003). É professora Associada II no Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB. Realizou estágio Pósdoc em 2006 na Universidade da Virginia (UVA), no Departament of African America Studies (Departamento de Estudos Africano Americano), e em 2017 na Universidade de Berkeley, no Departament of Ethnic Studies (Departamento de Estudos Étnicos). Esta relação acadêmica e política com intelectuais afro-americanos e de outras minorias nos Estados Unidos tem rendido boas oportunidades de diálogos e isto tem se refletido tanto no seu trabalho com a classe média negra quanto nos estudos desenvolvidos sobre gênero, raça e classe e sobre o feminismo negro. A professora Angela é coordenadora do Coletivo Angela Davis, um grupo de pesquisa ativista nas áreas de gênero, raça e subalternidade e coordenadora da primeira Escola Internacional Feminista Negra Decolonial. É professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRB, e atua em dois programas na UFBA, na Pós-Graduação em Estudos étnicos e Africanos (POSAFRO) e no programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares de gênero (PPGNEIM). Como pesquisadora, tem atuado nas áreas de Desigualdades Sociais e Raciais, Desigualdades de Gênero, Cultura e Identidade, Classe Média, Beleza, Movimento Sociais, Empreendedorismo, Feminismo Negro e Emprego Doméstico. Realizou dois filmes-documentários: Deusa do Ébano (2004) e Diálogos com o Sagrado (2013). Foi curadora da exposição Global African Hair que ocorreu no Centro Cultural da Caixa Econômica Federal em Salvador (2012). Coordenou o curso de formação para jovens empreendedores/as em parceira com a Escola Pública (2012, 2013 e 2014). Angela também é integrante Fórum Permanente de Formação política Marielle Franco, uma organização social e politica que tem como objetivo

[1] Doutorando PPGH/UDESC

estimular e contribuir para aumentar o número de mulheres negras em cargos políticos e decisórios.

1 – Professora, pode falar um pouco sobre sua trajetória acadêmica?

Sou antropóloga de formação e fiz o doutorado em sociologia. A minha formação tem sido definida como uma formação clássica na área de raça e classe, ou no campo de estudos definido inapropriadamente no Brasil como o Estudo das Relações Raciais, ao invés de Estudos das Hierarquias Raciais como reivindiquei (FIGUEIREDO; GROSFOGUEL, 2007). Somente após a aquisição do doutorado é que começo a incorporar a dimensão de gênero nas pesquisas que tenho desenvolvido, e isso começou incialmente quando retornei a Salvador, depois do meu doutorado no Rio de Janeiro. Em 2005 comecei a trabalhar com as questões relativas às desigualdades de gênero e a ministrar disciplina sobre o tema. Desde a minha graduação em antropologia tenho feito pesquisas sobre as desigualdades raciais e a identidade negra. Curioso é que estes dois temas desigualdades raciais e identidade negra sempre foram tratados de forma distintas. A questão das desigualdades sempre foi um tema da sociologia no Brasil, ainda que até a década de 1960, a ênfase fosse muito maior nas desigualdades de classe do que na desigualdade racial, esta interpretação sobre as desigualdades e o racismo iniciam-se, ainda que timidamente com o Projeto UNESCO, principalmente com os trabalhos de Florestan Fernandes em São Paulo, mesmo que Florestan considerasse o racismo como resquício do passado escravista e que tenderia a desaparecer na medida em que o capitalismo avançasse em nossa sociedade. Ainda que tivesse sido excluído do projeto UNESCO, Guerreiro Ramos no mesmo período denunciava as desigualdades raciais e o modo como os negros foram tomados como objeto de estudo, *negro tema* como ele define em oposição ao *negro vida*. A antropologia brasileira por sua vez, abordava a questão da identidade negra, principalmente os aspectos relativos a manutenção de aspectos relacionados a cultura africana no Brasil e a religiosidade negra.

É importante destacar aqui a relevância atribuída pela antropologia as categorias da cor presente no modelo racial brasileiro em que as denominações

da cor ou da raça estavam associados aos fenótipos, daí a importância atribuída a escala classificatória e da auto-classificação da cor (Nogueira, 1985; Maggie, 1996; Silva, 1994). Ainda que escrito nos anos 1950, Oracy Nogueira (2007) em seu clássico *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem*, aborda a diferença marcante nas dinâmicas raciais nos dois países. De acordo com Nogueira, o preconceito no Brasil ocorre devido as marcas, os fenótipos raciais, a aparência, enquanto nos Estados Unidos, o preconceito é de origem, marcados, portanto pela ancestralidade ou ascendência negra e sua situação de classe. Ainda com relação a classificação da cor, a maioria dos autores enfatizava a importância da classificação da cor no Brasil e o papel ocupado pelo mestiço escuro ou mulato na estratificação social Brasileira, ou mulato como válvula de escape (Degler, 1976). Isso significa dizer que a questão do *colorismo,* termo americano usado pela juventude hoje para falar da hierarquia da cor, e aqui me refiro a cor da pele mesmo, se mais claros ou mais escuros, é algo que sempre fez parte da cultura racial brasileira.

Contudo, se diferentes termos são empregados no cotidiano para a classificação da cor, as categorias oficiais do censo demográfico limitam-se a cinco: brancos, pretos, pardos, indígenas e amarelos. Com exceção do censo populacional realizado em 1970, o censo brasileiro tem tradicionalmente incluído o item cor no questionário. Por outro lado, o termo negro, que tem sido cada vez mais utilizado tanto nos textos acadêmicos quanto na linguagem política e reivindicatória por direitos, não aparece como opção oficial. De acordo com Telles (2003), há três sistemas de classificação da cor operando conjuntamente, ou isoladamente. São eles: a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); os inúmeros termos empregados na cultura popular e a classificação bipolar negro e branco.

Disse tudo isso para destacar que o processo de assunção da minha identidade negra, caminhou lado a lado com o debate e o ativismo negro no Brasil, principalmente o Movimento Negro Unificado (MNU), eu escrevi sobre este tema no artigo Carta de uma ex- mulata à Judith Butler. Hoje me considero negra e feminista, coordeno o coletivo Angela Davis: Grupo de Pesquisa em Gênero, raça e subalternidade e sou membro do Fórum Permanente de Formação política Marielle Franco.

2 – Como podemos situar sua produção acadêmica dentro de outras áreas do conhecimento, como a historiografia, por exemplo?

Eu costumo dizer também que a minha formação é sócio-antropologica, todas as vezes que eu falava sobre isso o professor Carlos Hasenbalg, meu orientador de doutorado sorria. Isso quer dizer que mesmo dentro das Ciências Sociais nunca fui uma antropóloga ou socióloga raiz, eu me movimento muito bem dentro das áreas afins. Como antropóloga me interessa muito à micro história, esta preocupação em analisar os fatos a partir dos indivíduos, e de indivíduos marginais, figurantes do ponto de vista da história oficial. Lembro do entusiasmo quando li Carlo Ginzburg "Os queijos e os Vermes", livro fantástico! Eu não sou nada disciplinada do ponto de vista da minha formação e não sou defensora da disciplinariedade como ponto de vista teórico, não sou purista, eu acredito que a interdisciplinariedade ou a transdisciplinariedade é o caminho. Na verdade, eu acredito que a disciplinariedade reflete exatamente os nossos limites frente a capacidade de analisar um tema, já que não temos condições de abordar a complexidade, optamos pelos recortes da realidade, e são exatamente estes recortes a fonte de nossa limitação. Os trabalhos de João José Reis no que diz respeito tanto a revolta dos malês quanto a biografia de um escravo mostra a relação complexa entre sujeito e estrutura. Lembro da importância de Katia Mattoso, mas também de Manuela Carneiro da Cunha, que mesmo sendo antropóloga faz um brilhante trabalho historiográfico sobre os retornados à África. A historiadora Beatriz de Nascimento faz uma abordagem interdisciplinar maravilhosa nas análises sobre o Quilombo. Sem esquecer da importância da sociologia da práxis de Clóvis Moura. Isso é uma tradição muito importante de diálogo entre estas áreas.

Quero destacar ainda aqui o importante trabalho da historiadora Isabel Reis sobre famílias negras e de Sônia Giacomini sobre Mulher e escrava, trabalhos fundamentais para quem adota a perspectiva de gênero ou a perspectiva interseccional. Nesse sentido, a contribuição de Joan Scott no clássico artigo "Gênero como uma categoria útil de análise histórica" é fundamental para todos nós. A contribuição desse artigo não cabe em nenhuma

perspectiva disciplinar, e o desafio colocado pela autora para que possamos ampliar a história incluindo os homens e as mulheres, e não apenas para contar a história das mulheres, deixando intacto as abordagens das relações de poder é algo que nos desafia até hoje. Não queremos contar uma história das mulheres negras separada da história, queremos reescrever a história, colocando as mulheres negras que estavam a margem, no centro da história. Pois sabemos que desde a escravidão as mulheres negras foram centrais tanto para o projeto econômico, como para a formação ideológica do projeto de identidade nacional.

Por outro lado, há limites em sua análise que revela exatamente o seu ponto de vista ou a posicionalidade da autora, Joan Scott argumenta que o gênero é a forma primária de dar sentido a diferença. Eu argumento que a raça é a forma primária de dar sentido a diferença, visto que os negros e negras durante a escravidão se quer eram considerados como seres humanos. Tratados como coisa, objetos que eram vendidos, trocados e comercializados. Angela Davis considera que as mulheres negras durante a escravidão eram, sobretudo, escravas, expostas ao trabalho na lavoura da mesma maneira que os homens escravos. Então, as características atribuídas a fragilidade feminina, ou à maternidade como explicação da fraca inserção das mulheres no mercado de trabalho não se sustenta, desta perspectiva as mulheres seriam reprodutoras da vida humana, enquanto os homens produzem, de uma perspectiva feminista negra isso não faz o menor sentido.

Por outro lado, ainda que não tenhamos utilizado a categoria de gênero de uma perspectiva crítica, pois a maioria de nós aceita a eficácia do conceito de gênero e o seu potencial como uma categoria útil de análise. Existem contribuições africanas que se opõem a universalidade do gênero, Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2017), questiona a naturalização da categoria de mulher e gênero, considerando-os como conceitos que refletem a experiência ocidental no mundo, em sua análise rejeita o sistema sexo/gênero de Gayle Rubin; e Grada Kilomba (2019), que introduz uma reflexão sobre a mulher negra ser o “outro do outro”, numa efetiva alusão a Simone de Beauvoir.

Em 2016 publiquei um artigo sobre Feminismo Negro numa perspectiva comparativa entre Brasil e Guiné Bissau com Patrícia Gomes, uma grande amiga historiadora. Na ocasião dialogamos sobre a utilização do conceito de gênero e

do feminismo para compreender as desigualdades nos países africanos, particularmente na guiné Bissau. Evidenciamos naquele texto que outras categorias, como por exemplo, o conceito de geração, é muito mais eficaz para interpretar o contexto de muitos países africanos.

3 – Em publicação recente, intitulada "Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial", você levantou muitas considerações sobre as produções intelectuais de e sobre mulheres negras. Principalmente sobre o impacto editorial nas traduções de obras como as de Angela Davis, ou em publicações recentes, como a coleção Feminismos Plurais. É possível afirmar que a circulação dessas produções são parte do resultado de políticas publicas e ações afirmativas?

Com toda certeza, o contexto político e social atual é fruto do acúmulo de uma história que se inicia há muitos anos, e resulta de ações e denuncia dos movimentos negros. Na minha geração, pessoas negras na universidade eram exceção, éramos os únicos ou, um dos poucos na sala de aula na graduação, e certamente os únicos no doutorado. Este quadro se altera, inclusive como resultado de nosso trabalho de pesquisa que denunciava as desigualdades no acesso a educação e na conversão da educação na inserção do mercado de trabalho. A minha geração utilizou as estatísticas para denunciar as desigualdades, mas também utilizamos de dados qualitativos para falar de estereótipos raciais e da baixa expectativa dos professores com relação aos alunos e alunas negras. A minha geração articulava reflexão teórica e atuação política de forma muito sofisticada, pois quando falávamos sobre as desigualdades raciais e o racismo existentes no Brasil, éramos muito facilmente desautorizados, pois consideravam que a nossa intervenção não era baseada na ciência, mas num olhar de militante, e como uma análise ativistas era, portanto, desprovida de verdade. A geração atual, após quase 20 anos da implementação das cotas na UERJ e na UNEB devem ir muito além de nós, esta geração precisa encontrar formas de ir além da denuncia, buscando formas efetivas de combater as desigualdades raciais e de gênero. Certamente para fazer isso é necessário nos articularmos politicamente e coletivamente. Isto em parte explica o aumento de pessoas negas, mas principalmente de mulheres

negras concorrendo a cargos políticos. O outro motivo certamente está na resposta ao assassinato de Marielle Franco e a não identificação ao ou aos mandantes do crime até hoje.

A articulação entre gênero e raça é relativamente mais recente. Há um artigo de Sandra Azeredo que recupera a formação do campo de estudos sobre gênero e raça que é muito interessante, pois ela considera que a crítica feminista realizada pelas mulheres negras ao feminismo hegemônico não foi incorporada ao feminismo brasileiro nos anos 1980, e de que esta recusa era resultante da ideologia brasileira que faz subsumir as desigualdades raciais e o racismo na sociedade brasileira.

Há produções significativas sobre gênero e raça feita por Lélia Gonzalez em 1988, mas de certa forma diríamos que a maior parte da reflexão sobre as desigualdades de gênero e raça estavam fora da academia, são artigos e livros escritos por mulheres negras que estavam fora da universidade. Isso significa que na nossa formação, quase não líamos mulheres negras dentro da universidade, assim como não tínhamos grupos de pesquisas que trabalhassem a interseccionalidade das categorias de gênero, raça, classe, geração, etc.

Como disse anteriormente, este aumento do número de estudantes e professores negros tem estimulado a formação de coletivos, e estes coletivos tem possibilitado o compartilhamento das experiências e da criação de estratégias política e acadêmica coletiva, nesse sentido, há uma ampliação da definição do conceito de ativismo ou mesmo do movimento, além do alargamento do próprio conceito de pesquisa. Nesse sentido, quero citar o Coletivo Angela Davis, um grupo de pesquisa ativista que acolhe e estimula a pesquisa realizada por pesquisadoras/es negras/os e por pesquisadoras/es que tenham compromisso acadêmico e político de combater as desigualdades de gênero, raça, a LGBTFobia e outras formas correlatas de desigualdades. Há vários coletivos nas universidades, o Akofena/UFRB, o Coletivo Luíza Bairros/UFBA e de tantos outros coletivos, formados por estudantes e estudantes e professores.

Estes estudantes têm pressionados os professores e professoras para incorporarem na bibliografia a contribuição de autores negros e negras. E é claro que a combinação do que descrevi cria, efetivamente, um ambiente favorável para que as editoras publiquem e traduzam autores negros e negras. Embora,

seja necessário fazer uma observação, como destaquei na introdução do livro, *A liberdade é uma luta constante,* as grandes editoras traduzem as obras de feministas afro-americanas, mas isso não tem contribuído para que estas editoras publiquem os nossos trabalhos.

Por fim quero dizer que a produção feminista negra não se reduz a publicação de livros, já que está no uso das plataformas digitais, tais como sites, blogs, *facebook*, *instagram* e *youtube.*

4 – Como a epistemologia insubmissa feminista negra pode auxiliar na análise de fontes históricas?

Promovendo um deslocamento, indo além da contribuição importante feita pela micro história e, efetivamente, incluindo os homens e mulheres negras na história, não como uma historia separada, mas como ator e agente de nossa história. Rompendo fronteiras e colocando os sujeitos que historicamente estiveram à margem no centro da produção do conhecimento, no nosso caso em especial, colocando as mulheres negras no centro da produção. Como explorei no artigo que você mencionou, a epistemologia insubmissa negra decolonial propõe uma produção de pesquisa ativista, na sua grande maioria, em diálogo com os movimentos sociais, pois entendemos que a produção do conhecimento não ocorre apenas nas universidades.

Como construir minha análise uma epistemologia insubmissa feminista negra é aquela que propõe uma reconciliação com o senso comum. Por que uma reconciliação, porque o senso comum não é necessariamente revolucionário ou não hegemônica, muitas vezes naturaliza as desigualdades, como aquela que ocorre com relação à violência contra a mulher. A compreensão oferecida pelo senso comum pode ser altamente conservadora, tal como expressa no dito popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, por isso não estou falando de qualquer senso comum, mas de uma reconciliação com à crítica social produzida pelos movimentos sociais que contestam muitas das naturalizações das desigualdades.

5 – Vivemos uma nova onda do feminismo? Quais são as características do feminismo no tempo presente que as diferenciam de contextos anteriores?

Em primeiro lugar é preciso falar que no passado não muito distante, muitas mulheres negras que são integrantes do movimento de mulheres negras não se definiam como feminista, por que consideravam que o feminismo expressava apenas a experiência das mulheres brancas de classe média. Tratava-se, portanto, de uma rejeição que conduzia a uma ruptura entre experiências muito distinta. O que ocorre hoje é uma ampliação do conceito de feminismo, incluindo diferentes formas de manifestações e atuação das mulheres. Hoje temos o feminismo lésbico, o feminismo interseccional, dentre outros.

Como destaquei anteriormente, as ações afirmativas e a ampliação do número de universidade públicas. Assim como, a popularização do uso da internet e os ativismos digitais, ou ciberativismo amplia o ativismo e de certa forma popularizará varios questões que são tratadas na universidade. O ingresso de estudantes e professores e professoras negras contribuiu para a formação de coletivos negros dentro e fora das universidades, que efetivamente estreitaram laços e alianças com os movimentos sociais, notadamente o movimento de mulheres negras.

Do ponto de vista político o assassinato de Marielle foi um catalisar, um marco para a atuação feminista negra. A candidatura de Vilma Reis como pré-candidata a prefeitura de Salvador, e o movimento Agora é ela! Assim como o Fórum Marielle, resultam tanto de uma tradição histórica da luta de mulheres negras quanto empurram a esquerda, para à esquerda", como destaca Sueli Carneiro. Estes movimentos como destaquei em artigo, tem sido autodefinido pelas mulheres negras em Salvador como *maré feminista negra*, uma clara alusão à divisão das três fases que caracterizam o feminismo em ondas; ao mesmo tempo em que se constitui enquanto uma ruptura, uma vez que as diferentes ondas feministas não incluíram, em nenhuma de suas fases, a contribuição feminista negra. Ao mesmo tempo que as mulheres negras marisqueiras e quilombolas sobrevivem da cata e comercialização dos mariscos,

extraídos exatamente da maré, então fazer alusão a *Maré Feminista Negra* é recuperar um processo longo de trabalho e luta política.

6 - Os aportes teórico-metodológicos sobre interseccionalidade são oriundos do feminismo negro. Diante de uma longa trajetória, é possível afirmar que ele "está na moda"? Que atenções devem ser tomadas para não "embranquecer" esses estudos?

Eu não gosto de substituir a palavra popularidade por modismo, ou moda, por que ao proceder deste modo, desacreditamos na potência analítica do conceito. A moda passa, um bom conceito fica, ainda que se torne menos utilizado. Sabemos que o conceito se torna popular pela sua capacidade explicativa e analítica, assim nos ensinou Thomas Khun. Eu fiz um levantamento na base de dados da CAPES em 2015 sobre o conceito de interseccionalidade e só encontrei no período cerca de 15 trabalhos que mencionavam o conceito. Hoje se este trabalho fosse realizado encontraríamos inúmeros textos que trabalham com o conceito ou que mencionam a definição do mesmo. O conceito de interseccionalidade foi cunhado a cerca de 30 anos atrás e somente nos últimos 5 anos ele se torna popular, no Brasil.

Sabemos que o conceito reflete uma longa história de formulação teórica, e não é nem de longe uma formulação isolada. O conceito resulta da busca e da formulação de conceitos que expressem a experiência das mulheres negras, a exemplo de Sojourner Truth, que em 1851 profere o seu famoso discurso em que faz a crítica: "Ain't a Woman?" ("Por um acaso, não sou uma mulher?" – tradução nossa). Uma tradição continuada por Anna Julia Cooper (1892), que identifica as mulheres negras como importantes agentes da mudança social.

Como destacado em outro texto (FIGUEIREDO e GOMES, 2016), o conceito de interseccionalidade tem sido uma ferramenta teórica e política útil de análise, pois catalisa uma demanda já existente da denúncia e da ação dos movimentos de mulheres negras em torno de uma análise mais acurada acerca da realidade vivida.

> Do ponto de vista da visualização do conceito, a imagem do entrecruzamento de avenidas, proposta

> por Crenshaw (2002), é muito mais próxima do nosso referencial, pois uma intersecção é também uma encruzilhada – espaço de referência significativa para as religiões afro-brasileiras. A encruzilhada é um lugar de encontro, mas é também um espaço de múltiplas saídas, lugares, caminhos, ruas e estradas. A encruzilhada é um dos importantes locais onde se coloca oferenda para Exú, o mensageiro entre os diferentes mundos no candomblé.

Patrícia Gomes ressalta que do ponto de vista da reflexão africana, particularmente no caso guineense, o conceito de interseccionalidade não goza da mesma popularidade, visto que as diferenças nem sempre se exprimem em termos de desigualdade, e nem sempre são sinônimos de hierarquia ou de opressão.

Ao narrar a história do conceito, Crenshaw destaca um exemplo pessoal, portanto, a experiência foi fundamental para a elaboração do conceito. Como sublinhado por ela, o conceito tem sua raiz na articulação das categorias de gênero, raça e classe, ainda que articulado com outras categorias. O que consideramos como branqueamento do conceito é, exatamente, o esvaziamento da categoria raça, eixo determinante na formulação do conceito. Guardando as devidas proporções gostaria de fazer uma analogia com o conceito de classe para o marxismo, como poderíamos fazer uma análise marxista retirando exatamente a centralidade do conceito de classe, isso seria impensável!

7 – Atualmente no Brasil, podemos elencar ao menos dois grandes problemas que atingem diretamente as mulheres. O primeiro, uma instabilidade política que afronta constantemente muitos dos direitos conquistados ao longo do tempo. O segundo, da pandemia, que coloca em maior risco as pessoas em vulnerabilidade. Pode nos falar um pouco sobre o assunto?

Bom, eu acho que são duas perguntas distintas, então eu responderei a primeira sobre instabilidade política e a segunda sobre a pandemia mas sei que em algum momento os temas se cruzam.

Desde o assassinato de Marielle Franco, em 14 de março de 2018, o movimento de mulheres negras se articulou em torno de uma reflexão crítica sobre a busca dos mandantes do crime, e a necessária punição, bem como da reflexão sobre a trajetória política de Marielle. Nós do Fórum permanente de formação política de mulheres negras: Marielle Franco nos perguntamos sobre o modo como os partidos de esquerda também silenciaram a potência política de Marielle. E isso fez com que Marielle virasse semente como dizemos, visto que nasceram muitas Marielles em diferentes regiões do pais. O assassinato de Marielle ocorreu durante o Fórum Social Mundial e após a Marcha das Mulheres negras em Brasília, em 2015. Dois eventos importantes para o feminismo negro. Como falei anteriormente, o movimento Agora é ela!, movimento em toro da pré-candidatura de Vilma Reis a prefeitura de Salvador, se tornou um capítulo importante da história política do Brasil.

Sobre a pandemia, sabemos que vivemos um momento terrível como a consequência do número de mortes causadas pela pandemia provocada pelo vírus COVID-19, tem assustado todo o mundo, por evidenciar a correlação entre saúde, política, economia e o capitalismo em todo o planeta. Sabemos que o vírus atinge qualquer pessoa de maneira indiscriminada, contudo, há inúmeras evidências que revelam como os grupos racializados, negros e latinos, os pobres e as mulheres são afetadas de maneira mais impactante pela doença causada pelo vírus. Seja pela capacidade de realizar e manter o isolamento social – considerado ainda como a única forma eficaz de retardar o contágio com o vírus – por questões financeiras e de classe e, consequentemente, pelo pequeno espaço nas residências dos mais pobres, compartilhado por um número significativo de pessoas; por questões culturais e de gênero; pela maior dificuldade de acesso dos pobres aos hospitais na fase aguda da doença; e pela forma como a contaminação se torna mais letal, na combinação com outras doenças pré-existentes, tais como diabetes, hipertensão e obesidade – pois, devido à pobreza, a maioria dos grupos racializados tem uma alimentação rica em carboidratos e gorduras, tornando-se, com frequência, portadoras de diabetes, portanto, uma diabetes social, visto que é criada pelas condições de vida e do racismo que afeta essas comunidades, esta não é uma doença que atinge a todos os grupos sociais da mesma maneira.

E é preciso ressaltar que, mais uma vez, o espaço doméstico, a casa, se configura como um espaço perigoso para muitas mulheres. No Brasil, segundo a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), entre os dias 1º e 25 de março, mês da mulher, houve crescimento de 18% no número de denúncias registradas pelos serviços Disque 100. Quer dizer mesmo numa situação extrema causada pela pandemia, não estamos seguras em casa. E isso precisa mudar, precisamos mudar as representações sobre as condições de subserviência das mulheres, e definitivamente precisamos de uma educação mais igualitária em termos de gênero, para que os homens não se sintam donos das mulheres.

8 – Para encerrar, você poderia falar sobre os temas a que está se dedicando atualmente em suas pesquisas?

Ao lado do interesse político no empoderamento de mulheres negras para disputa de cargos políticos, no Fórum Marielle e no movimento Agora é ela! Estou engajada intelectual e politicamente na compreensão da violência, sobretudo, na violência contra mulher. E isso resultou de uma experiência pessoal, trata-se do feminicídio ocorrido com uma estudante da UFRB, Elitânia de Souza da Hora, 25 anos, estudante do curso de Serviço Social, assassinada a tiros no dia 27 de novembro de 2019, pelo seu ex-companheiro, Alexandre Passos Góes Silva, 34 anos, no município de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia. Elitânia, mulher negra e quilombola, mesmo tendo prestado queixa e ter sido concedida a medida protetiva, foi cruelmente assassinada em público.

A mobilização coletiva provocada pela morte de Elitânia, uma articulação entre movimentos sociais, a universidade, os familiares e amig@s e membros da comunidade quilombola, traz à tona a necessidade de uma articulação entre diferentes setores que estão empenhados no combate às desigualdades raciais e de gênero, na construção de uma sociedade mais igualitária. Um dia após o feminicídio, realizou-se uma caminhada em que o nome do assassino, Alexandre Passos Góes Silva, geralmente omitido nos noticiários, foi gritado em alto e bom som pelas ruas das cidades de Cachoeira e São Félix. Uma aula pública sobre a violência contra a mulher foi realizada em frente à universidade, assim como

uma audiência pública foi realizada quatro dias após o feminicídio, que contou com a participação de autoridades políticas de Salvador, Cachoeira e São Félix, além da população de um modo geral, a fim de cobrar justiça frente ao assassinato da estudante e não deixar que ela se tornasse apenas mais um número nas estatísticas da violência contra a mulher.

A experiência concreta com a dor, nos possibilitou compreender, efetivamente, como a força da mobilização coletiva, não permitiu o silêncio frente ao nome do feminicida, e nem que um tema de tamanha relevância fosse percebido de maneira individual, não queremos que Elitânia vire apenas um número nas estatísticas. Continuo dentro do marco do feminismo negro agora pensando a violência de gênero e o feminicídio.